

IDENTIDADES EM QUESTÃO EM OS CUS DE JUDAS, DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES

IDENTITIES IN QUESTION IN OS CUS DE JUDAS, BY ANTÓNIO LOBO ANTUNES

Isabelita Maria Crosariol*

Resumo

O artigo tem como objetivo verificar o modo como a questão da identidade é discutida no romance Os cus de Judas, do escritor português António Lobo Antunes, por meio da análise da apresentação do narrador como um sujeito fragmentado e instável – em oposição, portanto, à concepção dos sujeitos iluminista e sociológico –, que vive o conflito de não ser o que os outros esperavam que ele fosse, aquilo no que os outros desejavam que ele se tornasse, ou mesmo o que ele próprio desejava ser. Em função disso, tanto as caracterizações dos diversos tipos de sujeito expostas por Stuart Hall (2006), como as reflexões de Erving Goffman (apud Mendes, 2002) acerca das identidades que definem o indivíduo (identidade social, identidade pessoal e identidade de ego) servirão como apoio teórico para o estudo desse romance, que, em suas páginas, apresenta não apenas a imagem de um indivíduo marcado pela experiência da guerra colonial, mas também a de um império (o português) tão fragilizado quanto o próprio protagonista.

Palavras-chave: *Lobo Antunes, Guerra Colonial, Identidades.*

Abstract

The purpose of this essay is to verify how the question of identity is discussed in Os cus de Judas, by António Lobo Antunes, analyzing the presentation of the narrator as an unstable and fragmented subject, who experiences the conflict of not being what the others hoped he was and what they expected him to become, and what he himself wanted to be. Due to this, the three kinds of subjects described by Stuart

Hall (the Enlightenment subject, the sociological subject and the post-modern subject), as well as the three identities defined by Erving Goffman (the social identity, the personal identity and the ego identity) were used as theoretical support. With this paper it was possible to realize that not only the image of a man marked by the experience of a colonial war is exposed by Lobo Antunes in his novel, but also the image of the Portuguese empire, as fragilized as the protagonist himself.

Key words: *Lobo Antunes, Colonial War, Identities.*

Do que eu gostava mais no Jardim Zoológico era do ringue de patinação sob as árvores e do professor preto muito direito a deslizar para trás no cimento em elipses vagarosas sem mover um músculo sequer, rodeado de meninas de saias curtas e botas brancas, que, se falassem, possuíam seguramente vozes tão de gaze como as que nos aeroportos anunciam a partida dos aviões, sílabas de algodão que se dissolvem nos ouvidos à maneira de fins de rebuçado na concha da língua. Não sei se lhe parece idiota o que vou dizer mas aos domingos de manhã, quando nós lá íamos com o meu pai, os bichos eram mais bichos, a solidão de espaguete da girafa assemelhava-se à de um Gulliver triste, e das lápides do cemitério dos cães subiam de tempos em tempos latidos aflitos de caniche.

Lobo Antunes

É com as palavras acima transcritas que António Lobo Antunes inicia seu romance *Os cus de Judas*, o segundo de sua carreira. Publicado em 1979 – portanto, cinco anos após a Revolução dos Cravos –, o romance logo teve notoriedade em meio à crítica, contudo, não por evidenciar a imagem de um Portugal que se saiu vitorioso após a Revolução, mas porque, ao trazer à tona os traumas deixados pela guerra colonial ocorrida na África, ajudou a romper um silêncio sobre esse evento. Nesse ponto, salienta-se, então, o valor do romance como um documento que, ao denunciar as fragilidades envolvendo o processo de colonização, demonstra que o império português se estruturava sobre bases frágeis.

Como destaca Kenneth Maxwell (2006), se ao longo dos séculos XV e XVI os navegadores portugueses ajudaram a expandir o mundo conhecido pelos europeus, fazendo de Portugal a grande potência da época, em 1580, com a perda política de Portugal para a Espanha, essa situação começou a se modificar. Isso porque, com o desaparecimento do rei D. Sebastião, seguido da posse de um tio dele que também não tinha filhos, gerou-se uma situação bastante propícia para que o rei Felipe II, da Espanha, reivindicasse o trono português, apoiando-se no fato de que sua mãe (tia

de D. Sebastião) era portuguesa.

Tal acontecimento já revela, portanto, a fragilidade da liderança portuguesa. Assim, sessenta anos depois, ainda que a independência seja restaurada, a imagem de império que se tem é bastante diversa da verificada nos séculos XV e XVI. Como enfatiza Maxwell (2006), “a essa altura, o império era uma sombra do que fora” (p. 30) e, para se reerguer, só lhe restava buscar alianças, sobretudo com os ingleses. A partir de então, começa a se configurar a situação semiperiférica de que fala Boaventura de Sousa Santos (2006) em sua obra *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, visto que, embora representasse para o Brasil e para os países africanos de língua portuguesa (os PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) o papel de colonizador, para a Inglaterra, Portugal se revelava indiretamente como uma colônia inglesa.

Se a relação entre Portugal e Inglaterra chegou a seu ápice no final do século XIX, com o *Ultimatum* Inglês, foi no início do século XX que ocorreu um dos fatos de maior destaque na história portuguesa: o início da República em 1910, posteriormente seguido da implantação de um regime ditatorial liderado por António de Oliveira Salazar e conhecido como Estado Novo. A esse respeito, Maxwell (2006) comenta que:

Apesar de vernizes fascistas como a lei trabalhista de proibição de greves inspirada em Mussolini e a implacável polícia secreta, o Estado Novo era essencialmente um regime autoritário católico. Um século e meio depois do último governo com mão de ferro em Portugal, o do marquês de Pombal, Salazar manteve a estabilidade equilibrando habilmente interesses concorrentes – pequenos agricultores e comerciantes, grandes proprietários de terra e empresas de porte (muitas delas familiares). Mas o regime também lançou mão de temíveis instrumentos de repressão. A polícia política disseminou sua insidiosa influência por todo o país, recorrendo a uma rede de colaboradores e espiões. Nada se podia fazer contra a perseguição (p. 35).

Tortura, silenciamento, repressão eram, assim, nesse contexto, manifestações de violência comumente aplicadas a todos aqueles que se mostravam contrários ao regime de Salazar. Nos PALOPs, a situação também não era diferente. Qualquer atitude contrária à política colonial então adotada era rapidamente reprimida e silenciada, para que não fizesse parte dos registros da História. Em Angola, por exemplo, sobretudo ao final das décadas de 1950 e 1960, várias prisões foram efetuadas, inclusive a de escritores, como Agostinho Neto e Luandino Vieira, em consequência da não-concordância desses intelectuais com as determinações ditadas pelo poder colonial.

Todavia, desafiando a proibição de tocar em certos assuntos, alguns desses intelectuais, a exemplo das personagens do romance *Bolor*, de Augusto Abelaira (1978), viram-se diante da possibilidade de escrever em voz baixa aquilo que não se podia dizer em voz alta. É assim, então, que obras como *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (de Luandino) e *As Aventuras de Ngunga* (de Pepetela) circularam em meio à guerra colonial, trazendo reflexões sobre a violência que ocorreu naquele cenário.

É esse mesmo contexto de guerra que servirá de mote para a escrita de *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes. Contudo, se nas obras dos escritores angolanos anteriormente citados verifica-se uma perspectiva otimista em relação à luta pela independência (e também a luta de um homem sendo mostrada como uma luta coletiva), na obra do escritor português, o que se verifica é a descrição da “nação, de que os soldados [portugueses] são espelho, não só como um corpo doente, mas como um espírito esgotado e bloqueado” (Ribeiro, 2004, p. 260).

Como comenta Margarida Calafate Ribeiro (2004), em sua obra *Uma história de regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*, esse romance lobo-antuniano pauta-se em uma “reflexão sobre o poder e o exercício fascista do poder” (p. 260) a partir de um relato situado entre o universo psiquiátrico e a memória de guerra. Assim, no discurso presente no livro, nos é mostrado que:

Como doentes internados num grande quartel cercado, o narrador-personagem estava, com os seus companheiros de destino, encerrado e impotente num cu de Judas africano, envolvido num cenário de guerra descrito com um vocabulário clínico que nos permite visualizar a “atmosfera irreal, flutuante e insólita” (Antunes, 1991, p. 61) dos hospitais psiquiátricos. A aproximação vocabular dos dois campos semânticos, sugerida pelas descrições, evoca o clima da doença, morte e loucura de que estava imbuído o exército português em África, afirmação que ganha interessantes contornos quando contraposta à asserção vulgarmente proferida pelos chefes militares de que “o exército é o espelho da nação” (Ribeiro, 2004, p. 260).

No entanto, é a partir do capítulo C (a obra se estrutura em 23 capítulos, nomeados de A a Z) que as imagens sobre as agruras da guerra são efetivamente expostas pelo narrador. No início da obra (como atesta a epígrafe escolhida para este artigo), são, sobretudo, as imagens da infância que ganham destaque. Imagens, no entanto, veiculadas não pelo narrador quando menino, mas por esse narrador que, ao voltar da guerra, rememora por meio de seu discurso os fatos dos passados longínquos e mais recentes e os conta para uma destinatária cuja voz não aparece ao longo da narrativa.

Em análise sobre *Os cus de Judas*, Maria Alzira Seixo (2002) afirma que esse início do romance, permeado de referências aos afetos “regulares e intocáveis dos domingos da infância” (p. 43), indicam uma emergência ao apontar para

um “universo de crochê” que o narrador confessará a seguir ter sido o da sua formação familiar, de várias formas da africanidade, no seu pitoresco [mundo] europeu de aprisionamento, diversão e transferência (p. 43-44).

E ainda, como argumenta a pesquisadora, é a descrição desse zoológico, no qual estão o professor negro, as meninas com suas vozes de gaze, a girafa solitária e os cães mortos, que contaminará a descrição da casa dos pais. Lembrar-se, portanto, da infância torna-se também uma experiência traumática para o narrador, visto que esse período de sua vida, ao ser rememorado, já é modificado pelas percepções da guerra. É em razão disso que são justamente as imagens do negro, da morte e da solidão que ele já associa a seus tempos de menino.

Do mesmo modo, ao lembrar-se da casa de seus pais, são igualmente as imagens da morte e de um espaço selvagem que se destacam na fala do narrador:

Os meus pais moravam não muito longe, perto de *uma agência de caixões*, mãos de cera e bustos do padre Cruz, que os uivos noturnos dos tigres faziam vibrar de terror artrítico nas prateleiras da montra (...). Da janela do quarto dos meus irmãos enxergava-se a cerca dos camelos, a cujas expressões aborrecidas faltava o complemento de um charuto gestor. Sentado na retrete, onde um resto de rio agonizava em gargarejos de intestino, escutava os lamentos das focas que um diâmetro excessivo impedia de viajarem pela canalização e de descerem no jato das torneiras grunhidos impacientes de examinador de Matemática. (...) Por essa época, eu alimentava a esperança insensata de rodopiar um dia espirais graciosas em torno das hipérboles majestáticas do professor preto, vestido de botas brancas e calças cor de rosa, deslizando no ruído de roldanas com que sempre imaginei o voo difícil dos anjos de Giotto, a espanejarem nos seus céus bíblicos numa inocência de cordéis. As árvores do ringue fechar-se-iam atrás de mim entrelaçando as suas sombras espessas, e seria essa a minha forma de partir (Antunes, 2003, p. 11-12: grifos nossos).

A partida, aliás, e as mudanças que ela poderia ocasionar nesse narrador já crescido eram tema recorrente das falas das tias do rapaz, mulheres bastante religiosas que moravam em casas tristes e escuras na Barata Ribeiro e que eram reprodutoras do discurso salazarista. Para essas tias, apenas a experiência na tropa seria capaz de transformá-lo em um homem. Sua aparência magra e com as clavículas salientes causavam-lhes grande incômodo como se “fossem mais vergonhosas que um

rastro de batôn no colarinho” (Antunes, 2003, p. 14). Para essas tias, a magreza era um sinal de fraqueza, e o rapaz só se tornaria forte à medida que se transformasse. Era assim, então, que:

Aos domingos, a família em júbilo vinha espiar a evolução da metamorfose da larva civil a caminho do guerreiro perfeito, de boina cravada na cabeça como uma cápsula, e botas gigantes cobertas da lama histórica de Verdun, a meio caminho entre o escudeiro mitômano e o soldado desconhecido de carnaval (Antunes, 2003, p. 18).

Nesse momento, vislumbra-se o conflito já instaurado entre o que o rapaz era, o que os outros desejariam que ele fosse e aquilo em que ele (não) se tornara ao voltar da guerra, evidenciando, assim, as múltiplas identidades que estavam em jogo naquele contexto (a identidade social, a pessoal e a de ego). Contudo, antes de desenvolver essa questão, convém pensar no que se entende por identidade hoje e, para tanto, as ideias desenvolvidas por Stuart Hall (2006), em *A identidade cultural na pós-modernidade*, são de grande valia. Segundo o teórico, a identidade trata-se de um conceito “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, p. 8), cuja compreensão só pode ser alcançada de fato se se considerar que a concepção de identidade nem sempre foi a mesma ao longo da história. O sujeito do Iluminismo, por exemplo, baseava-se

numa concepção de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia (Hall, 2006, p. 10-11).

Esse núcleo interior, que permanecia essencialmente o mesmo ao longo da vida de uma pessoa, era a sua identidade.

Em um momento posterior, e como resposta à complexidade que cada vez mais configurava as sociedades modernas e que exigia que elas adquirissem “uma forma mais coletiva e social” (Hall, 2006, p. 29), a importância das relações entre o eu e o outro como formadoras da identidade já começam a aparecer destacadas no pensamento vigente. É desse modo, então, que progressivamente o sujeito do Iluminismo cede espaço a um outro tipo de sujeito que, ao partir de uma concepção que levava em conta a importância do meio na formação da identidade, deixa transparecer a incorporação do pensamento que também norteou o Realismo e o Naturalismo no final do século XIX: o sujeito sociológico.

Pautada na ênfase do diálogo contínuo estabelecido entre o eu e o mundo, essa concepção se estruturava na crença de que a essência interior não é fixa, já que pode ser mudada mediante as interações. Logo, ao contrário do que anteriormente se acreditava,

o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas (...) formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (Hall, 2006, p. 11).

Contudo, se tanto a concepção do sujeito iluminista como a de sujeito sociológico concebiam a identidade como algo unificado e estável em um contexto pós-moderno – portanto, o contexto em que António Lobo Antunes escreve –, o que se verifica é a fragmentação do sujeito, já que ele passa a ser encarado como alguém “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (Hall, 2006, p. 12). Do mesmo modo, também a sociedade deixa de ser percebida como “um todo unificado e bem limitado, uma totalidade” (p. 17). Afinal, são justamente as divisões e os antagonismos sociais que as atravessam que produzem uma diversidade de identidades para os indivíduos.

Zygmunt Bauman (1998), em sua obra *O mal estar da pós-modernidade*, destaca que, na atual conjuntura,

os projetos de vida individuais não encontram nenhum terreno estável em que acomodem uma âncora, e os esforços de constituição da identidade individual não podem retificar as consequências do “desencaixe”, deter o eu flutuante e à deriva (p. 32).

Desse modo, o eu torna-se não apenas fragmentado, mas também desencaixado porque é atormentado tanto pela insegurança de não encontrar uma base sólida como pela incerteza em relação a si próprio e ao seu modo de estar no mundo. Rompe-se, assim, definitivamente, a imagem unificada e estável construída no Iluminismo.

Não surpreende, então, que, em *Os cus de Judas*, o narrador-personagem expresse justamente a sensação de viver angustiado por ter de conviver com uma ameaça indefinível:

Como quando sair daqui, percebe, ao ter acabado de lhe contar esta história esquisita e de ter bebido, em vagares de camelo, todas as garrafas visíveis, e me achar lá fora, ao frio, longe do seu silêncio e do seu sorriso, sozinho como um órfão, de mãos nos bolsos, a assistir ao nascer da manhã numa angústia cremosa que a lividez das árvores macabramente sublinha. As madrugadas, de resto, são o meu tormento, gordurosas, geladas, azedas, repletas de amargura e de rancor. Nada vive ainda e, todavia, uma ameaça indefinível ganha corpo, aproxima-se, persegue-nos, incha-nos o peito, impede-nos de respirar livremente, as pregas do travesseiro petrificam-se, os móveis, agudos, hostilizam-nos (Antunes, 2003, p. 39-40).

Esse mal-estar, resultado de uma “aprendizagem da agonia” (Antunes, 2003, p. 43) que se deu ao longo da vida do narrador, ganha corpo em sua fala e, em meio ao conflito de saber quem verdadeiramente é, ele tenta se reconstituir enquanto dialoga com sua interlocutora. No entanto, é ainda a imagem de um eu fragmentado que se apresenta a nós, leitores: de um eu dividido entre o que ele era, o que os outros atores sociais e as instituições esperavam que ele fosse, aquilo no que ele se tornou (na concepção dos outros e segundo sua própria concepção) e o que ele gostaria de ser. Consequentemente, não há uma consonância na definição identitária desse indivíduo, até mesmo porque é justamente a partir “do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização” (Mendes, 2002, p. 505) que esse eu se constrói. Logo, suas identidades são “relacionais e múltiplas, baseadas no reconhecimento por outros atores sociais e na diferenciação, assumindo a interação um papel crucial neste processo” (*ibidem*).

Todavia, embora cada eu seja possuidor de múltiplas identidades, é por meio da autoprodução identitária que ele busca um sentimento de continuidade individual. A esse respeito, o pesquisador português José Manuel Oliveira Mendes (2002) esclarece que:

As contradições e dissonâncias da vivência experimental requerem, para a manutenção de um sentimento de identidade contínuo, um trabalho biográfico constante. O sentimento de continuidade individual articula-se, expressa-se, na construção e na reelaboração contínua de uma identidade narrativa. A produção de alteridades, de outros reais e imaginários, é simultaneamente um processo de autoprodução identitária, uma tentativa de reificação e de fixação identitárias, e uma produção constante de novas realidades (ontologização).

O diálogo com os outros é essencial na construção da consciência de cada indivíduo, diálogo que é multivocal e que se produz na interseção de forças centrípetas (necessidade de se ligar ao outro) e de forças centrífugas (necessidade de diferenciação do outro). A empatia ou a identificação com o outro tem somente um papel transitório e preparatório. No diálogo cada identidade mantém-se sempre irreduzível. A aproximação ao outro, ou até a outra cultura, sendo necessária, é secundada por um movimento de retorno, de recentramento na sua posição, num processo de exotopia (p. 505).

Desse modo, é possível afirmar que a reelaboração da identidade narrativa feita pelo narrador-personagem de *Os cus de Judas* encena um processo que ocorre em cada indivíduo, visto que é pela

narração de nossa história aos outros com quem interagimos que nos autoproduzimos identitariamente. Nesse ponto, a presença da interlocutora com a qual o narrador dialoga no decorrer do livro exerce fundamental importância. Ela é o outro do qual ele depende para se constituir nesse processo de aproximação e distanciamento comentado por Mendes (2002).

Erving Goffman (*apud* Mendes, 2002), em estudo sobre a identidade, propõe a distinção desse conceito em três tipos: a identidade social, a identidade pessoal e a identidade de ego (ou identidade “sentida”). O primeiro tipo pode ser entendido como:

... um cruzamento de atributos pessoais e estruturais, uma categorização derivada dos contextos sociais onde decorre a interação social. Pode distinguir-se neste processo uma identidade social virtual e uma identidade social real. A identidade social virtual é constituída pelas exigências e características que imputamos aos indivíduos. A identidade social real são aqueles atributos que aqueles realmente possuem e as categorias reais a que pertencem. O jogo social passa por uma tentativa permanente de ajustar a identidade social virtual à identidade social real. O respeito, a honra e o equilíbrio individual derivam diretamente do ajustamento entre as duas identidades, ou seja, da menor discrepância possível entre as duas (p. 509).

Isso significa que cada indivíduo tem de interiormente lutar para que o seu eu seja da forma como a sociedade espera que ele seja, o que requer o ajuste de seu comportamento a exigências exteriores, que nem sempre são as mesmas. Em um nível de identidade social primária, por exemplo, verifica-se a necessidade de o indivíduo exercer os papéis inerentes às suas relações com a família, com os amigos, com o local de trabalho, entre outros; já em um nível de identidade social secundária, estão em evidência as relações sociais indiretas, relacionadas com a nação, a classe social, a região, e assim por diante (Mendes, 2002).

Socialmente, portanto, cada indivíduo está permanentemente tentando se integrar por meio da “multiplicidade de pertencimentos sociais e papéis a que está submetido” (Shwalbe *apud* Mendes, 2002, p. 509-510), e, quanto mais efetiva for essa integração, maior será seu respeito, sua honra e seu equilíbrio pessoal.

O segundo tipo de identidade elencado por Goffman em seu estudo é o da identidade pessoal. Como esclarece Mendes (2002):

A identidade pessoal relaciona-se com as características pessoais do indivíduo que são mais ou menos constantes. A informação que respeita a identidade pessoal é transmitida pelo próprio indivíduo, é reflexiva e incorporada, manifestando-se, nomeadamente, nas impressões digitais, no nome e no fato de aquele estar delimitado pelo corpo. (...)

(...) ela pode aparecer mesmo antes do nascimento, por exemplo nos preparativos, roupa e escolha do nome por parte dos pais, e manter-se após a sua morte, isto é, pelas visitas que familiares e outros fazem ao cemitério, por celebração de missa etc. (p. 510).

Pode-se, dizer, então, que a identidade pessoal é aquela que o indivíduo inscreve por meio do seu corpo e que o torna único, diferenciado dos demais. No entanto, isso não desvincula a participação dos outros em sua formação, já que, mesmo antes do nascimento, e depois da morte, essa identidade pessoal é inscrita no indivíduo.

A identidade de ego (ou identidade “sentida”), por sua vez, é aquela que mais depende da intervenção do indivíduo, por se tratar de uma questão subjetiva e reflexiva, que tem de ser necessariamente sentida por ele. Mendes (2002) afirma:

Claro que o indivíduo constrói a imagem de si próprio a partir dos mesmos materiais com que os outros primeiro constroem uma identificação social e pessoal dele, mas ele tem uma margem de liberdade importante no moldar de sua identidade de ego (p. 511).

E em *Os cus de Judas* como se verifica a abordagem desses três tipos de identidade? Como já referido, é justamente em uma posição conflitante que o narrador se encontra. Isso porque os papéis sociais que lhe foram impostos não são aqueles que ele gostaria de exercer e aquilo em que ele se tornou também não é aquilo que ele gostaria de ser. Como nos indica a narrativa, antes de ir para a guerra, as tias e os demais parentes do narrador acreditavam que aquela experiência faria dele um homem, um “médico competente e responsável (...) consertando à linha e agulha os heroicos defensores do Império” (Antunes, 2003, p. 55). E, a esse respeito, o narrador comenta:

De fato, consoante as profecias da família, tornara-me um homem: uma espécie de avidez triste e cínica, feita de desesperança cúpida, de egoísmo e da pressa de me esconder de mim próprio, tinha substituído para sempre o frágil prazer da alegria infantil, do riso sem reservas nem subentendidos, embalsamado de pureza, e que me parece escutar, sabe?, de tempos a tempos, à noite, ao voltar para casa, numa rua deserta, ecoando nas minhas costas numa cascata de troça (Antunes, 2003, p. 33).

O homem em que ele havia se tornado era, portanto, diferente do que a família dele esperava. Nele, não havia mais a pureza e a alegria da infância, só tristeza, desesperança e solidão. Tal

constatação o leva a se questionar: “em que fundo de mim deixei que essa inocência se perdesse?” (Antunes, 2003, p. 195). Para o narrador, também essa transformação indesejável era reprovável, e foi só por causa da guerra que ela ocorreu. A guerra fazia dele vítima, assim como fez a vários outros que lutaram:

Nós não éramos cães raivosos quando chegamos aqui disse eu ao tenente que rodopiava de indignação furiosa, não éramos cães raivosos antes das cartas censuradas, dos ataques, das emboscadas, das minas, da falta de comida, de tabaco, de refrigerantes, de fósforos, de água, de caixões, antes de uma *berliet* valer mais do que um homem e antes de um homem valer uma notícia de três linhas no jornal, Faleceu em combate na província de Angola, não éramos cães raivosos mas éramos nada para o Estado de sacristia que se cagava em nós e nos utilizava como ratos de laboratório e agora pelo menos nos tem medo, tem tanto medo da nossa presença, da imprevisibilidade das nossas reações e do remorso que representamos que muda de passeio se nos vê ao longe, evita-nos, foge de enfrentar um batalhão destroçado em nome de cínicos ideais em que ninguém acredita, um batalhão destroçado para defender o dinheiro das três ou quatro famílias que sustentam o regime, o tenente gigantesco voltou-se para mim, tocou-me no braço e suplicou numa voz súbita de menino Doutor arranje-me a tal doença antes que eu rebente aqui na estrada da merda que tenho dentro (Antunes, 2003, p. 150-151).

Todavia, ao regressar, o não-reconhecimento desse fato pelos outros aumentava ainda mais a sua sensação de ter falhado, de não ser compreendido e de ter sua presença recusada pelo mesmo Estado que se apossou de sua vida como se estivesse lidando com um rato de laboratório. Assim, ainda que o narrador seja um português que retorna a seu país de origem após a participação na guerra em Angola, sua imagem parece se aproximar da figura do arrivista descrito por Bauman (1998), ou seja, a de alguém “já *no* lugar, mas não inteiramente *do* lugar, um aspirante a residente sem permissão de residência. Alguém que lembra aos moradores mais antigos o passado que querem esquecer e o futuro que desejariam longe” (p. 92).

De fato, é o incômodo que assola várias personagens da narrativa (e não apenas as tias do narrador) quando elas se defrontam com esse regressado. Cabe lembrar, por exemplo, a cena em que o narrador volta para Portugal para conhecer a filha que acabara de nascer, e tem sua mala revistada no aeroporto de Lisboa:

O empregado da Alfândega, magrinho intolerante que suspeitou de certo em mim o guerrilheiro em embrião, vasculhou-me a mala num azedume minucioso em busca de metralhadoras libertárias.

– Trago um feto de oito meses escondido no meio das camisas – informei-o amavelmente para lhe aguçar a irritação e o zelo. Possuía *o aspecto desiludido* de quem se estende ao lado de uma esposa frígida, que apenas o pulmão de aço do folhetim do rádio mantém viva. (...)

O burocrata idoso que seguia à minha frente voltou-se para trás assarapantado, uma senhora disse para a outra Chegam todos assim lá de África, coitadinhos, e eu senti que *me olhavam como se olham os aleijados que rastejam de muletas nas cercanias do Hospital Militar, sapos coxos fabricados pela estupidez do Estado Novo, que ao fim da tarde, no Verão, escondiam os cotos envergonhados nas mangas das camisolas, pombos doentes pousados nos bancos do jardim da Estrela* (Antunes, 2003, p. 99-100: grifos nossos).

Desse modo, a imagem do soldado que retornara evidencia que a guerra não era um evento de formação de heróis, e que ela deixava nos homens que lutaram profundas marcas físicas e morais. Para os que apoiavam o Estado Novo, esse era um fato difícil de reconhecer, e seu reconhecimento acabava por deixá-los desiludidos e lamentosos pela realidade que tinham diante de si. Já para aqueles que voltaram da guerra, esse tipo de reação acentuava ainda mais o descontentamento em relação àquilo em que eles se tornaram: indivíduos sem expectativas em relação à própria vida, em conflito com sua própria identidade e envolvidos pelo desejo desesperado de querer ser outro.

Queria desesperadamente ser outro, sabe, alguém que se pudesse amar sem vergonha e de que os meus irmãos se orgulhassem, de que eu próprio me orgulhasse ao observar no espelho da barbearia ou do alfaiate o sorriso contente, o cabelo louro, as costas direitas, os músculos óbvios sob a roupa, o sentido de humor à prova de bala e a inteligência prática. Irrita-me este invólucro inábil e feio que é o meu, as frases enroladas na garganta, a falta de lugar para as minhas mãos defronte das pessoas que não conheço e me amedrontam (Antunes, 2003, p. 205-206).

É assim então que, em *Os cus de Judas*, as ruínas dessa personagem vêm à tona, evidenciando as marcas de um império derrotado que, por muito tempo, preferiu cantar suas antigas vitórias. Todavia, como lembra José Manuel Oliveira Mendes (2002), no contexto atual, “é urgente captar as identidades e as narrativas marginais, subterrâneas e periféricas, na construção utópica de um mundo comum imperfeito mas partilhável” (p. 531). Assim, é com base nos desafios expostos por António Lobo Antunes em sua obra que se deve procurar hoje em Portugal alternativas para transformar esse espaço imperfeito exposto pelo narrador em um espaço partilhável por todos.

Referências

ABELAIRA, Augusto. *Bolor*. 4. ed. Lisboa: Bertrand, 1978.

ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.

PEPETELA. *As aventuras de Ngunga*. São Paulo: Ática, 1987.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos*. Império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SEIXO, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes: análise, interpretação, resumos e guiões de leitura*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

VIEIRA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Lisboa: Edições 70, 1974.

Dados da autora:

*Isabelita Maria Crosariol

Doutoranda em Estudos da Literatura – PUC-Rio.

Endereço para contato:

Avenida Major Acácio, nº 456

Vila Paulista

12031-070 Taubaté/SP – Brasil

Endereço eletrônico: isabelitacrosariol@yahoo.com.br

Data de recebimento: 13 maio 2010

Data de aprovação: 17 dez. 2010